

A EDUCAÇÃO NO BRASIL-COLÔNIA: O PARADIGMA JESUÍTICO DE ENSINAR

Francisco Miguel da Silva de Oliveira ¹

RESUMO

Este ensaio se caracteriza como uma abordagem teórica e tem como objetivo analisar os pressupostos metodológicos da pedagogia jesuítica implantada no Brasil-Colônia principalmente com a efetivação do *ratio studiorum*. Durante dois séculos a Companhia de Jesus desenvolveu um paradigma de educação que tinha, entre outros objetivos, catequizar os povos nativos e promover o povoamento da colônia. As ponderações presentes neste ensaio remetem-nos a avaliar se a proposta educacional desses missionários contribuiu para o desenvolvimento de um sistema educacional brasileiro. Outra inquietação que este trabalho desperta é questionar se atualmente ainda há elementos da educação jesuítica presentes no sistema educacional brasileiro. A partir desses subsídios abordaremos as etapas do trabalho pedagógico dos Inacianos, desde o primeiro contato com os povos ameríndios e formulação e aplicação do *Ratio studiorum* até o ano de 1759.

Palavras-chave: Educação. Paradigma Jesuítico. *Ratio studiorum*. Brasil-Colônia.

INTRODUÇÃO

Este texto abordar o paradigma jesuítico de educação implantado no Brasil-Colônia a partir do ano de 1549 com a chegada dos missionários da Companhia de Jesus. Nosso objetivo é analisar os pressupostos metodológicos da pedagogia jesuítica implantada no Brasil-Colônia, principalmente com a efetivação do *ratio studiorum*. Destacamos em nossas análises que o sistema instituído pelos padres jesuítas surgiu influenciado pela cultura europeia medieval. Outro fator importante é que o sistema colonial é dominado pelo capitalismo comercial fundido em uma política mercantilista europeia que se fortaleceu entre os séculos XV e XVIII. Consideramos ainda que o paradigma pedagógico jesuítico se caracterizava por uma proposta curricular descontextualizada, pois nasce enraizada nos limiares da cultura europeia. Todavia, nossas considerações valorizam os dois séculos de trabalho que esses missionários Inacianos dedicaram ao ensino no Brasil, pois o legado deixado por eles foi significativo o que se exemplifica na forma de organização e dedicação ao trabalho pedagógico.

Outro fator que orienta nossas análises é a forma como esses padres dirigiam o trabalho pedagógico na colônia, ao contrário do que se imagina, se opunham a castigos e privações direcionados aos alunos. Os jesuítas utilizavam uma metodologia que envolvia os

¹ Mestre em Educação pela Universidade do Oeste Paulista UNOESTE, fmiguelsbv@yahoo.com.br;

alunos. Se por um lado a política curricular não estava articulada com o modo de vida dos povos ameríndios, por outro, a didática empregada pelos padres primava por um propósito participativo e fascinante e, dessa forma, cativavam os nativos locais. Todavia, destacamos que havia exceções. Provavelmente existia nativos que nunca aceitaram o trabalho desempenhado pelos padres.

Dentro desse contexto onde se permutam interesses econômicos, políticos e religiosos buscamos abordar o paradigma de educação que a Companhia de Jesus implantou no Brasil nos primórdios da dominação portuguesa. Destacamos ainda a manipulação cultural e social a que os brasis foram submetidos, pois a imposição do modo de vida europeu foi intensa e aniquiladora, não considerando a organização cultural já existente entre os “povos colonizados”. Todavia, dois aspectos são fundamentais dentro das reflexões tecidas neste texto. A primeira é se o trabalho desses padres contribuiu posteriormente para a criação de um sistema educacional exclusivamente brasileiro. A segunda inquietação que contribuiu para o surgimento deste ensaio e que deixamos como ponto de reflexão para o leitor é se existem aspectos do paradigma jesuítico na atual conjuntura da educação brasileira. Esses elementos são destacados porque, muitas vezes, ponderações infundadas garantem que com a expulsão dos jesuítas em 1759 de todas as colônias portuguesa, o modelo de educação desses padres foi totalmente excluído das propostas curriculares desses contextos. No caso do Brasil é preciso uma avaliação mais profunda para analisar essa questão.

2. OS PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO JESUÍTICA NO BRASIL-COLÔNIA

Para compreendemos os pressupostos educacionais implantados pelos padres da Companhia de Jesus a serviço da corte portuguesa no Brasil-colônia, recorreremos de início ao pensamento de Rosário e Melo (2015). As autoras destacam que “estudar a educação brasileira, no seu primeiro século de colonização implica, necessariamente, buscar compreender a realidade da época do ponto de vista cultural, econômico, político e religioso” (p. 2). Segundo Zotti (2002) o paradigma econômico colonial estava sustentado em três pilares: a economia agrária, latifundiária e escravista. Nessa intrincada conjuntura é que a educação jesuítica se estabelece. Segundo Zotti (2002) levando em consideração as atividades de produção daquele momento o currículo introduzido pelos missionários não tinha utilidade prática. Outro fator destacado por Costa e Menezes (2009) é que não podemos afirmar que existia uma educação legitimamente brasileira, todavia, “podemos falar em uma educação no Brasil-Colonial com especificidades próprias e distintas da educação portuguesa” (p. 2).

Acreditamos que essa característica se manifesta no propósito de aculturação dos índios, pois havia um trabalho intenso para torna-los “homens civilizados” a exemplo do europeu.

Imagem 1 – um padre jesuíta conversando com índios



Fonte: <https://www.matematicafacil.com.br/2015/02/breve-historia-educacao-brasil.html>

No dia 29 de março de 1549 na frota de Tomé de Souza, chega ao Brasil-Colônia os primeiros padres da Companhia de Jesus. Esses missionários estavam chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega. A vinda desses sacerdotes está ligada à instalação de um governo geral na colônia portuguesa. O Governador-Geral está ligado ao rei de Portugal. A formação desse governo manifesta o interesse e a preocupação da coroa portuguesa com as terras “recém-descobertas”. Dessa forma, uma série de medidas deveria ser tomada. Então, a formação de um governo geral e a vinda da Companhia de Jesus para a colônia compunha um grande plano de dominação do território conquistado. Nesse sentido, o papel da Sociedade de Jesus é articular as atividades referentes à educação na colônia e desenvolver a catequese objetivando a conversão dos nativos ao cristianismo, o que não se constituía uma tarefa fácil, haja vista, a diferença de organização social existente entre os invasores portugueses e os povos ameríndios.

O estudo de Hilsdorf (2011) ajuda a delinear algumas ponderações sobre a missão jesuítica no Brasil-Colônia. Segundo a autora podemos considerar hoje duas diacronias: “a da colonização, com seu projeto invasor, e a da Igreja, com seu projeto missionário” (p.4). Os jesuítas vêm para trabalhar no processo de conversão dos índios ao cristianismo. É importante perceber que esses padres agem segundo uma missão. Há objetivos na realização desse trabalho. Isso faz parte de um projeto que compreende o trabalho da Igreja que é “manter e propagar a fé católica em uma fase em que ela é contestada pela reforma, pelas

religiões orientais e dos povos do Novo Mundo, mas também internamente” (HILSDORF, 2011, p. 4).

Se considerarmos as análises de Hilsdorf (2011) e Stephanou e Bastos (2011) o trabalho missionário que envolve desde o ensino de primeiras letras a conversão dos povos nativos desenvolvidas pela Companhia de Jesus no Brasil-Colônia ocorre em dois momentos **distintos**: o período heroico e o da consolidação. Todavia, é evidente que esse processo é sequencial e está fundamentado sobre um planejamento a partir do qual a missão é catequizar os nativos e convertê-los ao cristianismo.

Durante o *período heroico* os missionários buscaram integrar-se a vida dos povos indígenas. Procuravam viver nas aldeias e adotar os costumes da tribo partindo do pressuposto do índio como “igual”. Entretanto, isso manifestou um problema porque não havia o reconhecimento das diferentes culturas indígenas e as diferenças entre índios e colonizadores. “Nessa fase a divulgação da doutrina cristã – a catequese – se fazia por contato e convencimento, forma tradicional de aproximação, com visitas, “saudações lacrimosas”, mímicas, discursos, presentes” (HILSDORF, 2011, p. 7). Essas ações objetivavam conquistar a simpatia dos indígenas para manter com eles um relacionamento de confiança e de contínua aproximação. Porém, os jesuítas perceberam que teriam muitos problemas e desafios, pois “Nóbrega, concluiu que os gentios não eram de má índole, uma vez que não praticavam uma religião cuja teologia se opusesse profundamente ao cristianismo” (COSTA E MENEZES, 2009, p. 35). Dessa forma, a ideia dos nativos como seres primitivos e grosseiros acaba desmistificada, pois os estudos de Almeida (2014) demonstram que o europeu colonizador, dito civilizado também apresentava um modo de vida inculto semelhante aos nativos. Eram “pessoas toscas e sem higiene, pois não tomavam banho, não trocavam e lavavam suas roupas, nem escovavam os dentes frequentemente” (ALMEIDA, 2014, p. 3).

Diante de toda a conjuntura promovida pelos europeus, onde se mesclavam abusos e preconceitos especialmente contra as mulheres nativas, os jesuítas solicitaram a Coroa portuguesa que enviasse mulheres órfãs para desposar o colonizador. Se observarmos atentamente em alguns momentos os interesses da Companhia de Jesus se distanciavam dos da Coroa, pois esses missionários estavam inseridos **num** projeto de evangelização, de professar entre os índios o cristianismo e fazê-los vivenciar as doutrinas pregadas pela fé católica.

Segundo, Neto e Maciel (2008), ao desembarcarem no Brasil, os jesuítas comandados por Nóbrega, cuidaram de redigir o primeiro *status ou catálogo da missão brasileira*. Esse documento se caracterizava como um plano de ensino para a conversão dos índios. Pois a

Companhia de Jesus se preocupou com a comunicação entre padres e índios. Sem esse pressuposto seria difícil pregar a fé católica para os povos nativos.

Primeiramente os principais objetivos da Companhia de Jesus eram a catequese e o ensino das primeiras letras aos índios. A catequese acontecia a partir do *catecismo brasílico* “constituído pelos sete sacramentos, os dez mandamentos, orações do Pai-Nosso e Ave-Maria e dos pecados veniais e mortais” (ALMEIDA, 2014, p. 3). Os padres promoviam o processo de ensino para esses nativos “ensinando as primeiras letras (em português e tupi), como também a propagação da concepção de mundo da civilização ocidental cristã” (ALMEIDA, 2014, p. 3). Entretanto, os padres entendem que a proposta de catequese praticada nas naus e desenvolvida na Europa para trazer de volta os hereges à igreja, não funciona com os índios, nesse sentido “será necessário inverter as prioridades: primeiro transformar ou suprimir a cultura indígena, para depois ensinar a doutrina” (HILSDORF, 2011, p. 7). Os missionários buscam outras opções colocando em prática os *aldeamentos de adultos* e os *recolhimentos de crianças*. “As missões começam a ser organizadas segundo formas institucionais, ao que parece ao mesmo tempo na Bahia e São Vicente, por volta de 1552-53, por iniciativa do padre Nóbrega e com o apoio da coroa” (HILSDORF, 2011, p. 7). Os aldeamentos foi uma forma encontrada pelos jesuítas para afastar os nativos dos brancos. Essa maneira de catequisar ficou conhecida como *redução jesuítica*. “Em um primeiro momento, porém, os jesuítas fundam igrejas junto às aldeias e, dado o pequeno número de missionários, visitam de tempos em tempos esses lugares, não residindo junto aos índios” (COSTA E MENEZES, 2009, p. 35). Em muitos lugares do Brasil são encontrados ruínas deixadas pelos aldeamentos.

Os estudos de Neto e Maciel (2008) destacam que os aldeamentos tinham três objetivos bem definidos.

Objetivo doutrinário – que visava ensinar a religião e a prática cristã aos índios; *objetivo econômico* – visava a instituir o hábito do trabalho como princípio fundamental na formação da sociedade brasileira; *objetivo político* – visava a utilizar os índios convertidos contra os ataques dos índios selvagens e, também, dos inimigos externos (NETO e MACIEL, 2008, p. 7).

Não podemos descaracterizar o trabalho dos jesuítas no Brasil-Colônia partindo do pressuposto que seus interesses estavam voltados exclusivamente à catequização dos índios, pois é percebido que existem mais preocupações inerentes a prática de evangelização.

Segundos os estudos de Hilsdorf (2011) o trabalho com os adultos por contato e convencimento, não teve tanto êxito quanto as “casas de meninos”. Nestas havia um método de ensino sistematizado por Nóbrega que contava com

Um programa de atividades que incluía o aprendizado oral do português e do contar, do cantar, do tocar flauta e outros instrumentos musicais, do catecismo e da doutrina

cristã, além de práticas ascéticas: em seguida, ler e escrever português e gramática latina para os postulantes à Companhia e ensino profissional artesanal e agrícola nas oficinas para os demais (HILSDORF, 2011, p. 7).

Uma característica da educação jesuítica que permaneceu durante os dois séculos foi a oralidade. Outro aspecto importante é que nos aldeamentos o ensino de técnicas de leitura e escrita era ofertado para alguns dos aldeados. Uma particularidade desse paradigma de educação é que os “recolhimentos ou “casa de meninos” e aldeamentos tinham [...] uma base jurídico-administrativa, *as confrarias*, com bens próprios (terra, gado, escravos), e dirigentes locais” (HILSDORF, 2011, p. 7). Os estudos da autora destacam que havia uma estrutura democrática de gestão desses espaços.

Havia algumas restrições à educação dada os curumins, pois ela estava direcionada “à catequese continuada e ao aprendizado do ler e escrever, ou, como se chamava antigamente, às escolas do *bê-á-bá*” (COSTA E MENEZES, 2009, p. 37). Todavia, duas propostas de educação ocorriam simultaneamente, uma para os nativos e outra para a elite. Esta última “destinada principalmente aos filhos dos portugueses e aos futuros membros da própria Companhia de Jesus” (COSTA E MENEZES, 2009, p. 37). Contudo, a Companhia de Jesus teve que melhorar seus espaços para poder atender melhor, principalmente, a elite. Nesse sentido, inaugurou três colégios patrocinados pela Coroa portuguesa, mas que ficaram sob sua responsabilidade. “Em 1556 foi fundado o Colégio da Bahia, cuja investidura real aconteceu em 1564; em 1567, o Colégio do Rio de Janeiro, transferido de São Paulo de Piratininga; e em 1576, o Colégio de Pernambuco, em Olinda” (COSTA E MENEZES, 2009, p. 37). Os autores ainda acrescentam que até o ano de 1759 os jesuítas fundaram mais seis colégios e quatro seminários.

Nesse primeiro momento da educação no Brasil-Colônia, os padres utilizaram como metodologia de ensino o canto e o teatro. As contribuições de Costa e Menezes (2009) e Almeida (2014) abordam essa questão. “Os padres jesuítas aprenderam a língua da terra (tupi-guarani) para comunicar-se com os índios, aproveitando-se da musicalidade dos nativos e utilizando-a como metodologia de ensino” (ALMEIDA, 2014, p. 5). Essa contribuição carrega implicitamente um significado de quanto a cultura dos povos nativos era rica e diversa. O aporte também realça a metodologia utilizada pelos jesuítas. “Os jesuítas utilizavam-se também de inúmeros recursos didáticos, como o canto e o teatro, para melhor ensinar as crianças, tanto as índias como as portuguesas” (COSTA E MENEZES, 2009, p. 38). Isso evidencia a preocupação da Companhia de Jesus em desenvolver um trabalho que cativasse os índios, caso contrário, todo o esforço seria em vão.

Os primeiros jesuítas que desembarcaram no Brasil-Colônia em 1549 preocuparam-se em traduzir algumas orações para o tupi. “Todavia, a ação mais incisiva neste sentido foi realizada pioneiramente pelo padre Anchieta, que em 1555 esboçou uma gramática tupi, utilizando como modelo a gramática latina” (COSTA E MENEZES, 2009, p. 38). Contudo, a publicação só aconteceu em 1595, em Coimbra. Outras contribuições de José de Anchieta se referem às peças teatrais e os cantos escritos todos em tupi. “A gramática tupi de Anchieta servia como manual de estudo para os futuros missionários em terras brasileiras e transformou-se em poderoso instrumento de conversão dos gentios” (COSTA E MENEZES, 2009, p. 39).

Segundo Zotti 2002, a partir de 1570, como a morte do padre Manoel da Nóbrega, ocorre a principal fase da educação jesuítica na colônia, pois a construção desses colégios nos principais centros urbanos, como já mencionado anteriormente, tinha como principal objetivo a formação da elite. Segundo a autora nessas instituições a educação tinha três funções básicas. A primeira era formar quadro para o aparelho repressivo do Estado. A segunda era a formação de padres e a terceira educarem as classes dominantes.

Imagem 2 – Padre jesuíta realizando o batizado de nativos



<http://historia-do-brasil-e-do-mundo.hi7.co/brasil-colonia---os-religiosos---jesuitas---questoes-de-vestibulares---gabarito-55b85615baab4.html>

A proposta educacional iniciada pelo padre Manoel da Nóbrega encontrava muitas resistências na colônia. Segundo de Neto e Maciel (2008) desde 1556 quando foi promulgada a nova constituição da Companhia de Jesus no Brasil-Colônia, Nóbrega sentiu-se derrotado em sua luta contra a política provincial de Portugal. Pois entre as regulamentações “foi

proibida a manutenção de internatos para educandos leigos, que não fossem candidatos da Companhia de Jesus” (NETO e MACIEL, 2008, p. 12). Todavia, o padre Manuel da Nóbrega, conhecido como o defensor dos índios, teve um papel significado na educação brasileira.

A partir de 1570, como a morte de Nóbrega, inicia a segunda fase da educação jesuítica na colônia. Hilsdorf (2011) define como “o período da consolidação”. Stephanou e Bastos et all (2011) aclaram que essa fase “é marcada pela organização e consolidação da educação jesuítica centrada no *Ratio Studiorum* (p.126).

O Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu conhecido apenas como ratio studiorum foi promulgado em 1599. Havia novas regulamentações relacionadas a educação propostas pela Sociedade de Jesus

Previa um currículo e método único para os estudos escolares, divididos em dois graus supondo o domínio das técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo. Dividiu os estudos em dois graus: o inferior (correspondente ao nosso médio) e o superior (universitário). No ensino inferior propõe gramática, humanidades, retórica e o superior: filosofia e teologia (ROSÁRIO e MELO, 2015, p. 7).

O ratio studiorum apresenta uma organização em dois graus de ensino. Segundo Neto e Maciel (2008) os curso de inferiores tinham como função preparar o indivíduo para vida social, entretanto os cursos superiores eram de cunho profissional. As ideias pedagógicas presentes nesse plano de educação correspondem à pedagogia tradicional, todavia, com uma visão religiosa. Nessa concepção o homem é visto “como constituído por uma essência universal e imutável” (STEPHANOU E BASTOS, 2011, p. 127). As autoras destacam que a essência humana é criação divina. O homem deve buscar a perfeição na vida natural para poder ter os méritos da vida sobrenatural. Esse pensamento é fundamentado na corrente do *tomismo* que versa por uma ligação entre a filosofia de Aristóteles e a tradição cristã. A sistematização entre essas vertentes foi fruto do teólogo e filósofo medieval Tomás de Aquino. Segundo Stephanou e Bastos (2011) é essa corrente que está na fundamentação do ratio studiorum.

Outro fator importante é destacado a seguir

O Ratio Studiorum não era um tratado sistematizado de pedagogia, mas sim uma coletânea de regras e prescrições práticas e minuciosas a serem seguidas pelos padres jesuítas em suas aulas. Portanto, era um manual prático e sistematizado que apresentava ao professor a metodologia de ensino a ser utilizada em suas aulas (NETO e MACIEL, 2008, p. 12).

A contribuição dos autores corrobora que o ratio, pelo que percebemos, deveria ser cumprido à risca pelos professores, dessa maneira, era improvável que o professor sugestionasse outras atividades. Entretanto, dentro dos seus princípios e objetivos se constituía um plano rigoroso, porém muito bem sistematizado. Os professores deveriam cumprir o que estava proposto sem

fugir as regras. Esse documento orienta a organização da educação em classes, com disciplina, horário e programas.

Toledo (2000) destaca que a *ratio studiorum* “é destinada, também, a dar parâmetros para a educação, a avaliar as responsabilidades e atribuições e, ainda, a reger as formas de avaliação e promoção nas escolas – estabelecendo metas, objetivos e procedimentos universais” (p.3). O autor aborda que toda a elaboração de regras e parâmetros obedecia a uma rígida hierarquia. Um fator valorizado pela proposta jesuítica é a disciplina, pois ela é entendida como condição de aprendizagem. “O ministério educacional é afirmado com insistência e numa sólida hierarquia, base de todo o fazer pedagógico” (TOLEDO, 2000, p. 3). A hierarquia e a disciplina são dois elementos indissociáveis da educação desenvolvida pela companhia de Jesus no Brasil-Colônia.

Uma característica importante está relacionada à formação dos professores, pois estes deveriam receber treinamento específico para exercerem a profissão. “As disciplinas de prática de ensino nos cursos de formação de professores, treinando-os antes de serem qualificados para uma função docente como conhecemos hoje, tem aí sua origem” (TOLEDO, 2000, p. 3). Os professores deveriam dominar literalmente os conteúdos que iam ministrar. Esse treinamento dos professores se configurou com uma das inovações da *ratio studiorum*.

Durante 210 anos a Companhia de Jesus foi responsável pela proposta de educação que se desenvolveu no Brasil-Colônia desde 1549 até 1759. Rosário e Melo (2015) aclaram que “a companhia de Jesus veio ao Brasil com o objetivo maior de evangelizar os nativos e transformar a população nativa e colonial em adeptos do catolicismo” (p. 9). A semelhança de interesses entre Coroa e a Companhia foi importante para que esse liame perdurasse por dois séculos, entretanto, quando os jesuítas não satisfaziam mais os interesses da Coroa portuguesa e seu paradigma educacional parecia ultrapassados diante da nova conjuntura econômica da época, o então Marquês de Pombal os expulsou de todas as colônias portuguesas.

O tempo sugestionava uma nova forma de educação no Brasil, dessa forma, “as transformações sociais advindas do movimento iluminista e dos princípios liberais requeriam a formação de um novo homem, o homem burguês, o comerciante, e não mais o homem cristão” (NETO e MACIEL, 2008, p. 15). O aporte apresentado demonstra que havia desgastes nas relações entre a Sociedade de Jesus e a Coroa, provavelmente seus interesses já apresentavam contrastes que impedia que essa conexão continuasse a existir. Havia muitos fatores que conspiravam contra a permanência dos jesuítas nos domínios da Coroa Portuguesa. Em 1759 o Marquês de Pombal, primeiro ministro de D. José I rei de Portugal, retirou dos padres da Sociedade de Jesus a responsabilidade sobre a educação em Portugal e

em todo o território ultramarino. O Estado assumiu o compromisso com a educação e várias reformas colocadas em práticas.

Com base nas análises de Almeida (2014) apresentamos nos dois parágrafos seguintes alguns resquícios de influência do ratio studiorum na educação atual do Brasil. Segundo o autor “os jesuítas deixaram um legado de colégios organizados em rede, um método pedagógico e um currículo comum” (ALMEIDA, 2014, p. 8). Compreendemos que com a estrutura da **BNCC, a proposta de currículo comum consiga evoluir no sentido de compreender as peculiaridades regionais do país.** O ratio studiorum regimentou a educação no Brasil-Colônia. Sistematizou a educação e deu coerência e tornou eficaz a aprendizagem nos moldes da época. “Desse conjunto de normas que organizaram e estruturaram a educação jesuítica, o que não permanece, evoluiu, compondo a atual lei de diretrizes e bases da educação nacional” (ALMEIDA, 2014, p. 8). Alguns aspectos presente na Lei de Diretrizes e Bases da educação são os pressupostos da metodologia jesuítica que estão ligados principalmente ao currículo da educação básica. Se tomarmos como base o ensino fundamental, observamos que o seu objetivo é a formação básica do cidadão levando em consideração “[...] o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.” (BRASIL, 1996. Apud ALMEIDA, 2014, p. 8).

A educação continua a não ser prioridade, permeada de viés político e ideológico ligado o interesse do Estado. A escola, principalmente, através do currículo formal contribui para o domínio cultural. As classes dominantes manipulam impiedosamente as massas populares. Atualmente os professores têm baixa remuneração e carga horária elevada, má condição de trabalho, escolas em péssimas condições e salas com número elevado de alunos. Almeida (2014) ressalta ainda que hoje os professores não são missionários, mas o Estado os trata assim, mesmo que de forma latente. Mediante as considerações apresentadas concluímos que a educação ainda se caracteriza um processo excludente. E se incorremos em uma analogia entre as classes dominantes nesses dois momentos da história brasileira, de um lado temos o homem civilizado europeu tosco, sem higiene e, porque não dizer ignorante e explorador. De outros os algozes dissimulados da atualidade que furtam o patrimônio público em benefício próprio e deixam a população sem as políticas públicas essenciais importantes para o desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a proposta de educação desenvolvida pelos padres da Companhia de Jesus no Brasil-Colônia, é um chamamento para dialogar com a primeira forma de educação institucionalizada no Brasil. Esse estudo é significativo, pois proporciona a compreensão do caminho percorrido pela educação brasileira. Outra contribuição é a percepção do quanto à proposta jesuítica está presente na educação brasileira.

Compreendemos que as imposições ideológicas que são reorganizadas de acordo com os interesses de determinada classe social, se adornam de acordo com o tempo e o espaço, todavia, sempre a serviço de interesses políticos, econômicos e sociais. Se observarmos atualmente veremos que existem novas formas de submissão e vontades implícitas no currículo escolar, por exemplo.

Diante do exposto, consideramos que são essenciais novas análises sobre a história da educação brasileira, não somente sobre a proposta de educação dos jesuítas, pois é valioso compreender se o trabalho educacional desenvolvido no Brasil tem contribuído para o desenvolvimento das pessoas ou se configura apenas como meio de alienação camuflado dentro de um sistema onde prevalece tacitamente um viés ideológico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. R. A. A Educação Jesuítica no Brasil e o seu Legado para a Educação da Atualidade. Revista Grifos - N. 36/37 – 2014.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11>

Acesso em 01 mar. 2019.

COSTA, C. J.; MENEZES, S. L. **A educação no Brasil Colonial (1549-17590)**. In ROSSI, E. R.; RODRIGUES, E.; NEVES, F. M. (orgs). Fundamentos históricos da educação no Brasil. 2. ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009. 166 p. ; 21 cm. (Formação de Professores - EAD; v. 4).

Disponível em: <https://issuu.com/mariajosedasilva1/docs/82432072-livro-fundamentos-historic>

Acesso em 01 mar. 2019.

HILSDORF, M. L. S. Histórias da Educação Brasileira: leituras. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

NETO, A. S.; MACIEL, L. S. B. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. Educar, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11>

Acesso em: 01 mar. 2019.

ROSÁRIO, M. J. A.; MELO, C. N. **A EDUCAÇÃO JESUÍTICA NO BRASIL COLÔNIA**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 61, p. 379-389, mar2015 – ISSN: 1676-2584.

Disponível

em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640534/8093>

Acesso em: 01 mar. 2019.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs). Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. I – Séculos XVI-XVIII. 5. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ZOTTI, S. Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos 80. Quaestio – Revista de estudos de educação, Ano 04, n. 2, p. p. 65-81, 11. novembro 2002.

Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/1384/1367>

Acesso em 01 mar. 2019.

TOLEDO, C. A. A. Razão de estudos e razão política: um estudo sobre a Ratio Studiorum. Acta Scientiarum 22(1):181-187, 2000. ISSN 1415-6814.

Disponível em:

<http://www.nt5.net.br/aulas/Raz%C3%A3o%20de%20estudos%20e%20raz%C3%A3o%20pol%C3%ADtica.pdf>

Acesso em: 30 mar. 2019